

EREBEA

Revista de Humanidades y Ciencias Sociales

Núm. 14 (2024), pp. [1]-[26]

ISSN: 0214-0691

<https://doi.org/10.33776/erebea.v14i0.8398>

A MIGRAÇÃO DE ANDALUZES PARA O ALGARVE (C. 1810-1914)

THE MIGRATIONS OF THE ANDALUSIANS TO THE ALGARVE (C. 1810-1914)

João Romero Chagas Aleixo

Instituto de História Contemporânea – NOVA / F.C.S.H.

chagassporting@hotmail.com

<https://www.cienciavita.e.pt/portal/3B19-5F6A-EA39>

RESUMEN

Este artigo historiográfico tem como objecto de investigação a migração de andaluzes para o Algarve, entre c. 1810 e 1914. Numa primeira parte aborda-se as principais causas e factores migratórios, assim como identifica-se os principais municípios de origem e de destino desses emigrantes. Averigua-se quais foram as décadas em que esses fluxos migratórios mais se intensificaram. Numa segunda parte segue-se o rastro a esses emigrantes andaluzes radicados no Algarve, identificando quais os negócios e as indústrias a que mais se dedicaram nos concelhos de Loulé e de Vila Real de Santo António (V.R.S.A., daqui em diante), assim como quais foram as inovações tecnológicas que importaram e implementaram na região, contribuindo, dessa forma, para a revolução industrial algarvia de finais do século XIX. Analisa-se, igualmente, quais os seus estatutos sócio-económico e sócio-político nas duas colónias de andaluzes a residir nos concelhos de Loulé e de V.R.S.A.

PALABRAS CLAVE

Migrações inter-regionais, Migrações transfronteiriças, Mobilidade laboral, Cultura de fronteira; Europa do século XIX.

Fecha de recepción: 2/8/2024

Fecha de aceptación: 8/10/2024

ABSTRACT

This historiographical article focuses on the migration of Andalusians to the Algarve, between c. 1810 and 1914. In the first part, the main causes and migratory factors are addressed, as well as the main municipalities of origin and destination of these emigrants are identified. It is also attempted to find out which were the decades in which these migratory flows intensified the most. In a second part, the trail of these Andalusian emigrants living in the Algarve is followed, identifying which businesses and industries were most dedicated to in the municipalities of Loulé and V.R.S.A., as well as the technological innovations they imported and implemented in the region, thus contributing to the Algarve industrial revolution of the late 19th century. It also analyzes their socio-economic and socio-political status in the two Andalusian colonies in the municipalities of Loulé and V.R.S.A.

KEYWORDS

Interregional Migrations, Cross-Border Migrations, Labour Mobility, Border Culture, 19th. Century Europe.

I. INTRODUÇÃO

A emigração andaluza, na Época Contemporânea, sido objecto historiográfico de inúmeros estudos ao longo dos anos, que a tem estudado, na sua maioria, para o continente americano, em geral, e para as ex-colónias espanholas em particular (Contreras Pérez, 2000)¹.

Porém, a emigração e a consequente presença de andaluzes no Algarve, ao longo do século XIX e das primeiras décadas do século XX, só muito recentemente suscitou o interesse da comunidade académica, com a produção de um ensaio geral sobre o contributo desses andaluzes para a «revolução industrial e tecnológica» desenvolvida no Algarve (Mesquita, 2005); e uma tese de Doutoramento em História que estudou as causas dessa emigração e o papel social, económico, político e cultural por eles desempenhado em alguns concelhos algarvios (Aleixo, 2022).

Ao invés, a indústria conserveira no Algarve tem merecido a produção de trabalhos académicos, que demonstram o papel desenvolvido por alguns industriais andaluzes no início desse sector industrial na região (Rodrigues, 1997; Duarte, 2003; Rebelo, 2010; Amaro, 2020; Aleixo, 2022). Estudos, esses, enriquecidos por um conjunto muito interessante e diversificado de obras de cariz biográfico – publicação de fontes documentais (Correia, 2008), publicação de memórias manuscritas (Correia, 2019) e estudos biográficos (Feu, 1999; Correia, 2008; Pérez, 2014; Correia, 2020) – dedicadas a algumas dessas famílias e/ou industriais radicados na região.

Tendo como casos de estudo dois concelhos algarvios – Loulé, no Algarve Central; e Vila Real de Santo António, no Algarve Oriental – as perguntas de partida que este artigo pretende responder são as seguintes: quais os motivos que estiveram na base dessa emigração de andaluzes para o Algarve? Qual o contributo dessas colónias de andaluzes no desenvolvimento e no crescimento da economia regional algarvia, quer ao nível do comércio, da indústria e dos serviços? De que forma se procedeu, ou não, a integração sócio-cultural e sócio-política dessas colónias de andaluzes? A que negócios e indústrias se dedicaram? Que fábricas construíram? Quais as fábricas de que foram proprietários? Que estatuto social, político e económico tinham nas localidades para as quais emigraram?

Nesse sentido utilizou-se um conjunto de fontes manuscritas, impressas e periódicas, assim como a mais recente bibliografia publicada, nomeadamente estudos monográficos (sobre vilas e concelhos) e biográficos.

Assim sendo, e por forma a estudar o impacto que a Guerra da Independência (1808-1814) causou nos dois municípios de origem da maior parte dos andaluzes emigrados para o Algarve – Villanueva de los Castillejos e El Almendro –, fui investigar as actas capitulares desses municípios localizados na comarca do

¹Agradeço ao Professor Doutor Francisco Contreras Pérez a leitura prévia deste artigo, assim como a indicação de alguma bibliografia espanhola essencial para a produção do mesmo.

Andévalo: em Villanueva de los Castillejos consultei o *Libro de Actas Capitulares, 1809-1813*, e em El Almendro consultei o *Libro de Actas Capitulares, 1810-1815*.

Por forma a estudar a existência ou não de endogamia nos casamentos, investiguei os *Livros de registo de casamentos, 1852-1911*, da paróquia de São Clemente (Loulé), e os *Livros de registo de casamentos, 1891-1910*, da paróquia de São Sebastião (Loulé).

Por outro lado, por forma a estudar os sectores a que mais se dedicavam os andaluzes radicados no Algarve, estudei um conjunto multifacetado de fontes documentais. No Arquivo Municipal de Loulé centrei a atenção no *Cadastró Geral de todos os Estrangeiros residentes no dito Concelho no anno de 1842*, bem como no *Livro do Registo dos Comerciantes, 1867*; no Arquivo Histórico Municipal de Vila Real de Santo António analisei as *Licenças de Comércio, para o concelho de V.R.S.A., entre 1850 e 1882*; e, por último, no Archivo Histórico Nacional (em Madrid) investiguei o fondo del Consulado de España en Villa Real de San Antonio, 1868.

Nas fontes impressas utilizaram-se as estatísticas oficiais (*Inquérito Industrial de 1881*), assim como os *Anuários Comerciais de Portugal e Ilhas*, entre 1880 e 1913, onde se conseguiram recolher informações relativas às actividades profissionais desempenhadas por alguns desses andaluzes radicados no Algarve.

2. AS PRINCIPAIS CAUSAS EMIGRATÓRIAS

As principais causas migratórias da emigração de andaluzes para o Algarve, ao longo do século XIX, estiveram relacionadas com motivos militares, económicos e sociais.

Em primeiro lugar o facto de Villanueva de los Castillejos ter albergado o Quartel-General das tropas espanholas na defesa da região do Condado de Niebla (sensivelmente a superfície territorial que compõem a actual província de Huelva) na denominada Guerra da Independência – conflito militar que em Portugal é designado por Invasões Francesas –, entre Janeiro de 1810 e Agosto de 1812, terá sido fulcral para a existência de um primeiro fluxo migratório. Recorde-se que, durante o auge dessa Guerra na região, os municípios vizinhos de Villanueva de los Castillejos² e de El Almendro³ sofreram dezassete invasões das tropas fran-

2 Para uma caracterização geográfica, histórica, demográfica, sócio-política e sócio-económica do município de Villanueva de los Castillejos, para o período compreendido entre o século XVIII e 1920, vejam-se as seguintes fontes e estudos: Mádoz, 1845-1850, tomo 11, pp. 130-131; Riera, 1887, pp. 492-493; García, 1996, p. 122 e p. 610; Márquez, 1997, tomo IV, pp. 1261-1276; Mira Toscano *et all.*, 2011, pp. 19-47; Fernández, 2014, pp. 492-507; Fernández, 2021, pp. 140-147 e p. 150; Aleixo, 2022, pp. 98-108.

3 Para uma caracterização geográfica, histórica, demográfica, sócio-política e sócio-económica do município de El Almendro, para o período compreendido entre o século XIX e 1920, vejam-se as seguintes fontes e estudos: Mádoz, 1845-1850, tomo 11, p. 10; Riera, 1883, pp. 187; Rodríguez,

cesas, o que provocou um rastro de destruição e de ruína económica nos dois municípios (Rodríguez, 1904, fl. 5).

Além do mais, durante grande parte do conflito militar, os municípios do Andévalo estiveram obrigados a fornecer as duas tropas em contenda – a espanhola e a francesa – de homens, bens alimentares e cavalos (Mira Toscano, Villegas Martín, Suardíaz Figuerero, 2010, pp. 198 e 203). A guerra traz destruição, a destruição traz ruína económica, a ruína económica traz decréscimo demográfico, numa escalada negativa difícil de superar. E, nesse caso, uma das soluções disponíveis era a emigração. E foram, justamente, os andaluzes naturais destes dois municípios vizinhos os que mais emigrariam para o Algarve, ao longo de todo o século XIX, como nos deixou escrito o Padre Emiliano Rodríguez na sua inédita Monografia de El Almendro⁴:

Entonces fue cuando se desmembró esta población emigrando casi todo su vecindario a otros pueblos donde no se dejaba sentir el azote de la guerra y muy especialmente al vecino Reino de Portugal, en donde los mas acaudalados, abandonando para siempre sus [fl. 5] moradas, se establecieron y fijaron definitivamente su residencia. A consecuencia de tan tristes sucesos quedó reducido el vecindario de El Almendro a una tercera parte del que antes tenia y convertida la Villa en un lugar rural casi desierto (Rodríguez, 1904, fls. 4v.º5).

Mas porquê a escolha do Algarve? Os autores da *La batalla de Castillejos y la Guerra de la Independencia en el Andévalo Occidental* (2010) respondem:

La elección de Portugal como destino por parte de estos emigrados respondía a la mayor seguridad que podían ofrecer aquellas tierras, protegidas por la barrera natural del río Guadiana. A pesar de que el país vecino también se encontraba en guerra contra Francia, los focos bélicos más importantes se hallaban más al norte (frontera de Olivenza o de Badajoz, plazas fuertes de Campo Mayor o Elvas) y no hay constancia por estas fechas de incursiones galas en territorio portugués inmediato a Villanueva de los Castillejos, lo que aliviaba al menos de suministrar al enemigo y de sufrir sus saqueos. Además, las estrechas relaciones desarrolladas tradicionalmente entre los habitantes de ambos territorios, tal vez con el recuerdo de una importante emigración portuguesa al Andévalo en el siglo XVIII,

1904, fls. 4-5; Galan, 1992, pp. 30-32; Márquez, 1995, tomo I, pp. 49-64; Fernández, 2014; Aleixo, 2022, pp. 108-115.

⁴ Para se ler o capítulo intitulado «Invasión de los Franceses en esta Vila», que faz parte da inédita *Monografia de El Almendro*, da autoria do Padre Emiliano Rodríguez (El Almendro, 1904, fls 4-5v.º), veja-se o seguinte estudo: Aleixo, 2022, pp. 468-470.

ofrecían el marco adecuado para que los emigrados de Villanueva y

El Almendro encontrarán, a pesar de las estrecheces de la situación, el acomodo preciso (Mira Toscano et al, 2010, pp. 213-214).

Outra das causas que estiveram na base desta emigração foram os dois processos de desamortização das terras (1837 e 1856), e, em especial, a privatização dos «propios y comunales»⁵ dos municípios vizinhos de Villanueva de los Castillejos (Núñez Márquez, 1997, p. 1264) e de El Almendro, dado que provocaram um maior aprofundamento das diferenças económicas e sociais entre a população, o que originou uma maior propensão para a emigração para países receptores onde a situação fosse mais favorável.

Deste modo, conseguiu-se identificar, pelo menos, uma rede migratória de andaluzes naturais de Villanueva de los Castillejos rumo a Loulé. A documentação municipal disponível – concessão e registo de passaportes – revela que, já no início da década de 1810, eram os andaluzes naturais desse município aqueles que em maior número residiam na vila e que solicitavam passaportes para da vila se deslocarem. Tendência que se foi avolumando com o passar dos anos, pelo que, no início do século XX, continuavam a ser de Villanueva de los Castillejos a maior parte dos emigrantes andaluzes radicados em Loulé.

Mas as guerras nunca veem só. Trazem, sempre, outros factores e consequências políticas e económicas. De curta, média e, por vezes, longa duração. Que influem, fortemente, na decisão de emigrar. A fuga às «quintas»⁶, o aumento dos «prófugos» (desertores), a fuga à justiça e a determinados compromissos políticos. Situações que não estiveram somente bastante presentes durante a Guerra da Independência (1808–1814), mas, igualmente, ao longo de grande parte do conflituoso século XIX espanhol, através das três Guerras Carlistas de sucessão ao trono espanhol: 1833–1840, 1846–1849 e 1872–1876. E para fugir a um alistamento militar ou desertar de um exército que melhor maneira haveria do que emigrar? E, de preferência, para a região vizinha – o Algarve –, uma vez que entre ambas só as separam o rio Guadiana, fronteira natural de águas calmas e tranquilas.

Às causas migratórias já enumeradas devem, ainda, ser acrescentados mais um conjunto de factores económicos:

- a) O baixo desenvolvimento agrícola, provocado pela pobreza dos solos – maioritariamente terras xistosas – e pelo clima árido do Andévalo

⁵ Terrenos municipais comunitários, administrados por cada município, e normalmente utilizados pelos habitantes para a criação da pecuária.

⁶ Designação dada à percentagem de habitantes que eram sorteados para ingressar no exército, isto é, cerca de 20% do total dos homens válidos, com idades compreendidas entre os 18 e os 45 anos de idade, residentes em cada município.

- Ocidental (Cáceres Feria, 2011, p. 49);
- b) A estrutura das propriedades agrícolas da região (Bernal, 1988, pp. 156-157);
 - c) A oportunidade única para aumentar o espaço de comercialização e de transacções económicas (Saldaña Fernández, 2012, p. 292);
 - d) A crise mineira (decadência e/ou estagnação) (Márquez Domínguez, 2011, p. 24);
 - e) O abandono das «gentes do campo», provocada pela crise vitivinícola originada pela praga de «filoxera» (1877-1878) (García García e Butrón Prida, 1998, p. 183; Robledo, 1988, p. 228);
 - f) A taxa cambial da moeda espanhola face à moeda portuguesa, que valorizava a peseta em relação ao real, até 1911, e, a partir de 1911, em relação ao escudo (Faísca, 2019, pp. 240-255).

Factores que originaram a emigração de centenas de andaluzes para Portugal. Com colónias bem demarcadas em relação às suas terras natais: de Villanueva de los Castillejos para Loulé; de Ayamonte, da Isla Cristina e de vários municípios do Andévalo para V.R.S.A.; e de El Almendro para o distrito de Beja, no Baixo Alentejo. Pelo menos é isso que se pode concluir quando se correlaciona os fluxos migratórios entre os locais de origem e os locais de destino.

Verificava-se, pois, que a selecção do local de destino era resultado da análise e da interação de um conjunto de factores micro e macro. Se, por um lado, a emigração representava uma estratégia laboral na hora de escolher um lugar de estabelecimento temporário ou permanente, de acordo com objectivos pessoais e familiares; por outro, tais decisões eram influenciadas por um outro conjunto de circunstâncias – individuais, sociais e locais – tomadas no contexto estrutural da mudança (Borges, 2009, p. 101).

Assim, em resumo, para o desencadear desse acto de emigrar, em muito terão contribuído um conjunto alargado de factores – sociais, culturais e económicos – que fez com que esses fluxos migratórios continuassem a verificar-se. De entre os vários factores, destacaria:

- a) Facilidade de comunicação linguística;
- b) Facilidade de integração dos primeiros emigrantes;
- c) Êxito económico alcançado pelos primeiros emigrantes (almocreves, negociantes e comerciantes);
- d) Influência das cadeias migratórias e das redes sociais na protecção

e na ajuda de emigrantes já instalados na chamada, instalação e consequente integração dos novos emigrantes;

- e) Trabalho em rede com colónias de andaluzes residentes noutros concelhos do Algarve e até em Lisboa. Sabe-se que os Formosinho de Loulé trabalhavam em rede com os Formosinho de Lagos (casas comerciais) e que os Centeno de V.R.S.A. trabalhavam em rede com os Centeno de Lisboa [casas comerciais, negócios vários e a concessão do contrato de iluminação a gás de V.R.S.A., em 1893] (Correia, 2019, p. 355; Aleixo, 2022, p. 244 e pp. 284-288).

3. REDES SOCIAIS E CADEIAS MIGRATÓRIAS

A importância das redes sociais e das cadeias migratórias ficou demonstrada pelos fluxos migratórios dos naturais dos dois municípios vizinhos – separados apenas por uma rua – de Villanueva de los Castillejos e de El Almendro ao longo do século XIX. Se os primeiros preferiram emigrar para o Algarve, escolhendo, preferencialmente, a vila de Loulé; já os segundos escolheram emigrar para o Baixo Alentejo, optando, preferencialmente, pelos concelhos de Beja, Serpa, Moura e Barrancos, todos eles localizados junto à fronteira. E foram várias as famílias andaluzas que escolheram esses quatro concelhos alentejanos para local de destino da sua emigração para Portugal. De El Almendro vieram, por exemplo, as famílias Domínguez, Gomez Cano e Ortiz (para o concelho de Serpa); os García Vásquez, os Garcías e os Pulido Garcías (Moura); os Gomez Hidalgo (Beja), os Pérez Blanco (Mértola), os Pérez Morano (Cuba), os Pulido (Vidigueira) e os Pulido Garcías (Moura). De Villanueva de los Castillejos vieram os Centeno e os Gómez Vásquez (Ourique); os Férias (Serpa) e os Gomez (Mértola). De Alosno emigraram os Ortas (Serpa). E, finalmente, de Puebla de Guzmán os Gómez Roldán (Serpa) (Aleixo, 2022, pp. 120-122).

Fluxos que eram alimentados por redes migratórias, que, ao longo de várias gerações, serviram para atrair andaluzes dos mesmos municípios.

Tendo por base as informações sobre os lugares de origem e os lugares de destino desses fluxos migratórios – uma vez que não se encontram notícias de jornais relacionadas com a existência de engajadores, provavelmente por se tratar de fluxos quantitativos pouco significativos, assim como pelo facto dos locais se situarem em regiões de fronteira –, conseguiu-se identificar os seguintes fluxos:

QUADRO N.º 1: FLUXOS MIGRATÓRIOS QUE SE CONSEGUIRAM IDENTIFICAR

Local de Origem	Local de Destino	Período do fluxo migratório
Villanueva de los Castillejos	Loulé	Praticamente desde 1810 até ao final do século XIX
Ayamonte	V.R.S.A.	Século XIX
El Almendro	Silves	Década de 1830
Ribadavia (província de Orense) e de Sabajanes (província de Pontevedra)	Vila Nova de Portimão	c. 1890 – c. 1910
El Almendro	Aldeia Nova de São Bento, Moura, Serpa e Vidigueira	Ao longo da primeira metade do século XIX

Fonte: ALEIXO, 2022, pp. 120-121, pp. 133-138, pp. 151-152, p. 182, pp. 184-185, pp. 187-188 e pp. 258-261.



Fonte: Mapa destacável inserido in AA. VV., *Rotas por Descobrir: Espanha*, Porto, Dorling Kindersley – Civilização, Editores, 2009.

Refira-se que as respectivas localidades, assim como todos os ramos familiares, foram as primeiras localidades de destino dessa emigração, uma vez que, durante todo o século XIX, e, em particular, na sua primeira metade, não era raro as famílias não se fixarem, de forma definitiva, na primeira localidade para a qual decidiam emigrar. Encontra-se vários relatos da mesma família, passados alguns anos, mudar de localidade, de concelho e até de distrito. Porém, com o passar dos anos e com a progressiva constituição de redes migratórias mais coesas, tal situação deixa de ser tão frequente.

A relevância das redes sociais passava por vários aspectos: os emigrantes casavam-se dentro dos seus próprios grupos, apadrinhavam-se entre si (testemunhas de casamento ou padrinhos e madrinhas de baptizado), e, como há casos relatados para os concelhos de Loulé e de V.R.S.A., falavam em castelhano uns com os outros. No entanto, com o passar dos anos e das gerações, os emigrantes de segunda e de terceira geração foram cada vez mais se inserindo nas sociedades locais, alguns deles alcançando – por eleição ou por nomeação – cargos públicos de enorme relevo nas sociedades locais, regionais e até nacional.

O espaço da mulher andaluza centrava-se, sobretudo, na esfera doméstica e no convívio com outras famílias andaluzas radicadas nos concelhos algarvios, o que resultava num maior número de casamentos dentro do grupo emigrante. Todavia, os sucessivos livros de registo de casamento das duas paróquias urbanas da vila de Loulé, para o período compreendido entre 1852 e 1911, mostram que, à medida que os membros das colónias se instalavam e progrediam nas sociedades locais, especialmente os do sexo masculino, a homogamia (casamentos que envolvem cônjuges do mesmo grupo) deixava de ser tão frequente e, com o passar dos anos, diminuíram os casamentos entre andaluzes, ao mesmo tempo que aumentaram os casamentos mistos. Preferencialmente de noivo andaluz com noiva algarvia, consolidando, por essa forma, o entrosamento social das colónias andaluzas nas sociedades locais. E demonstrando que as redes sociais desenvolvidas pelos processos migratórios também influenciavam os padrões matrimoniais da comunidade emigrante, e, por extensão, a adaptação social no local de destino.

Registe-se, ainda, a existência de casos de endogamia matrimonial (casamentos dentro da própria família), isto é, casamentos entre primo-direitos, entre primos em segundo grau, entre tios e sobrinhas, etc..., mais comuns nas primeiras fases migratórias (Aleixo, 2022, pp. 189-192).

4. O COMÉRCIO E A INDÚSTRIA

As vilas de Loulé e de V.R.S.A. gozaram de um enorme crescimento demográfico ao longo da segunda metade do século XIX: entre 1864 e 1900 a população residente na vila de Loulé passou de 12.081 para 22.478 habitantes (crescimento de 86,06%); e a de V.R.S.A. de 3.032 para 6.172 habitantes (crescimento de 103,56%)⁷. Incremento populacional que ajudava a fazer crescer o comércio e a

⁷ O crescimento demográfico evidenciado nestes dois concelhos prende-se com o aumento do comércio, para o caso de Loulé, e com o desenvolvimento e crescimento das indústrias da pesca, da salga (produção de sal) e das conservas de peixe, para o caso de Vila Real de Santo António. No entanto, num panorama mais geral, este crescimento populacional em muito se ficou a dever ao sucessivo progresso das condições de saúde das populações, entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX. Este sucesso na luta em prol da saúde pública das populações, deveu-se, essencialmente, às medidas higienistas que foram implantadas um pouco por todo o território nacional, assim como à ação do poder municipal na luta contra as insalubridades. Me-

diversificar hábitos de consumo até essa altura inexistentes. Situação que não deve ter passado despercebida aos andaluzes radicados nas duas vilas, que tão bem a souberam explorar. Porque só assim se entende o aumento dos andaluzes ligados ao comércio: na vila de Loulé passam de catorze, em 1842⁸ ou em 1867⁹, para quase quarenta no princípio do século XX (Aleixo, 2022, pp. 195-208); e em V.R.S.A. as licenças de comércio concedidas a súbditos espanhóis aumentam de duas, em 1850, para dezanove em 1876¹⁰. Mesmo antes, em 1868, já um despacho do consulado de Espanha em V.R.S.A. informava que o comércio na vila era «compuesto casi en su totalidad de Españoles [...]»¹¹.

No entanto, na vila de Loulé, entre 1880 e 1914, também havia andaluzes dedicados à pequena e média indústria, algumas delas ainda uma espécie de proto-indústria (produção industrial doméstica), como, por exemplo, os casos de Santiago Alvarés Romero, Sebastião Rafael Garcia, José Rodrigues Peres, Bento Martins Peres Gomes e Pedro Rodrigues Marques, na indústria dos sabões; Sebastião Rodrigues Formosinho e José Rodrigues Formosinho, na indústria da cera; Sebastião Martins Peres Gomes, na indústria dos cravos e das ferraduras; Ricardo Villa Bañez, na indústria da tecelagem; Manuel Rodrigues Corrêa, na indústria da fiação; Joaquim Fernandes Belles, na louça de barro; Francisco Garcia Domingues, na restauração; e Manuel Formosinho Macias, Manuel Rodrigues Peres e Manuel José Ponce Corpas, na indústria da confecção de vestuário.

Por outro lado, o município de V.R.S.A. integrava uma colónia andaluza heterogénea e interclassista. Havia um pouco de tudo. Homens ligados ao mar – mestres, contra-mestres, pescadores e salgadores –, naturais dos municípios do litoral da província de Huelva (Ayamonte e Isla Cristina), que se misturavam com negociantes, comerciantes e caixeiros, naturais de municípios do interior da mesma província (Villanueva de los Castillejos, El Almendro, Puebla de Guzmán ou Villablanca). E numerosa. Pelo menos em relação ao número de espanhóis residentes – que, para este período, é praticamente o mesmo que dizer-se de an-

didadas como, por exemplo, a construção de cemitérios na maior parte dos concelhos, a criação e a protecção das estruturas de fornecimento de águas e dos esgotos públicos, assim como a limpeza dos espaços públicos, aliadas à descoberta de novas vacinas, são alguns dos factores que ajudam a compreender este aumento da população. Segundo outros autores, também o crescimento registado na agricultura algarvia contribuiu de forma decisiva para o crescimento demográfico da região, nomeadamente nos seus concelhos mais agrícolas.

8 Cf. A.M.L.P.J.R.M., Fundo do Administrador do Concelho de Loulé, *Cadastro Geral de todos os Estrangeiros residentes no dito Concelho no anno de 1842*.

9 Cf. A.M.L.P.J.R.M., Fundo da Câmara Municipal de Loulé, *Livro do Registo dos Comerciantes, 1867*.

10 Cf. A.H.M.A.R.M., Fundo da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, *Licenças de Comércio, para o concelho de V.R.S.A., entre 1850 e 1882*.

11 Cf. A.H.N., Fondo del Ministerio de Exteriores – H, *Consulado de España en Villa Real de San Antonio, 1868*, cx. 2093, despacho n.º 8, de 4 de Junio de 1868.

daluzes: 100 em 1864 (3,3% da população residente na freguesia de V.R.S.A.), 193 em 1878 (4,6%), 311 em 1900 (5,04%) e 248 em 1911 (3,47%)¹².

Em V.R.S.A. os sectores ligados ao mar – pescas, salinas e conservas – começavam, a pouco e pouco, o seu processo de industrialização.

No sector pesqueiro a pesca deixava de ser uma actividade eminentemente artesanal, para dar lugar a uma indústria forte e cada vez mais pujante, com a entrada em acção das primeiras traineiras ou galeões a vapor (Ríos Jiménez, 2002, p. 49-51 p. 55). E, nas conservas, a partir de 1879, fundam-se as primeiras fábricas, propriedade de genoveses e de andaluzes¹³.

O *Inquérito Industrial de 1881* confirma o peso da indústria conserveira no sector industrial do concelho. Das quatro fábricas descritas no *Inquérito* só uma é que não era de conservas, mas de tecelagem. No entanto é detida por um andaluz, anos mais tarde também feito industrial conserveiro, e os seus tecelões eram todos eles espanhóis residentes em V.R.S.A. (*Inquérito Industrial*, 1881, p. 18). Feita esta pequena introdução, o documento passava para a descrição das quatro fábricas. Todas constituídas entre 1879 e 1881. E tendo a particularidade de todos os seus fundadores e proprietários serem de naturalidade estrangeira: dois genoveses (Ângelo Parodi fu Bartolomeu e Sebastião Migoni), um de El Almendro (Sebastián Ramírez), um de Puebla de Guzmán (Alfonso Gomez Sanches) e dois de Villanueva de los Castillejos (Maria del Carmen Garcia-Pêgo, viúva de Miguel Gomes Roldan, e Francisco Rodrigues Tenório).

E a vila nunca mais seria a mesma, uma vez que o surto conserveiro foi rápido e alterou, em grande parte, a vida sócio-económica da vila. Até 1901 seriam fundadas mais sete unidades conserveiras. Quase todas de capital financeiro estrangeiro: quatro de capital andaluz, duas de capital português e mais uma de capital genovês. E foram as de capital andaluz e genovês as que mais prosperaram (Aleixo, 2022, pp. 270-284). Andaluzes que deixaram a actividade comercial para se tornarem empresários e industriais conserveiros bem sucedidos, abrindo, inclusive, unidades fabris em outros concelhos, como, por exemplo, a família Ramirez em Olhão (Oliveira, 1999, p. 112).

Procedendo-se à análise das primeiras fábricas de conservas instaladas em V.R.S.A., entre 1879 e 1901, verifica-se a preponderância dos industriais andaluzes (e genoveses), radicados em V.R.S.A., no desenvolvimento deste surto conserveiro. Vejamos.

12 Cf. Estatística de Portugal, *Censo no 1.º de Janeiro de 1864*, volume I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868; Estatística de Portugal, *Censo no 1.º de Janeiro de 1878*, volume I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881; *Censo da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1890*, volume I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896; *Censo da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1900*, volume I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1905; *Censo da População de Portugal no 1.º de Dezembro de 1911*, parte I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913.

13 Sobre este assunto veja-se o Quadro n.º 2 do presente artigo.

QUADRO N.º 2: PRIMEIRAS FÁBRICAS DE CONSERVAS DE ATUM EM ESCABECHE
FUNDADAS EM V.R.S.A., ENTRE 1879 E 1901

Ano da fundação	Nome da fábrica	Proprietário(s)	Naturalidades dos proprietários
1879	Santa Maria	Firma Parodi & Roldan ¹⁴	Ângelo Parodi fu Bartolomeu (Génova), Maria del Carmen Garcia-Pêgo (Villanueva de los Castillejos, Huelva), viúva de Miguel Gomes Roldan (Puebla de Guzmán, Huelva) e por Alfonso Gomez Sanches (Puebla de Guzmán)
1880	São Francisco	Francisco Rodrigues Tenório	Villanueva de los Castillejos
1881	São Sebastião	Sebastião Mignon	Génova
1884	Fábrica Ramírez	Sebastián Ramírez	El Almendro (Huelva)
1886	Barreto & C. ^a	António Soares Barreto e Juan Maestre Cumbre	António Soares Barreto (Portugal) e Juan Maestre Cumbre (Villanueva de los Castillejos)
1894	Peninsular	Centeno, Cruz & C. ^a	Alberto Rodrigues Centeno (Villanueva de los Castillejos) e os restantes eram de nacionalidade portuguesa
1990	Peninsular	Pilotos, Gomes & Capa	José Fernandes Piloto (Pai) e José Fernandes Piloto (filho) (ambos de V.R.S.A.), Manuel Francisco Gomes (Mértola – Alentejo) e José Joaquim Capa (Moura – Alentejo)
1901	Esperança	Pedro José Cândido & C. ^a	Português

Fontes: *Inquérito Industrial de 1881*, 1881, pp. 18-23; Grilo, 2010, p. 158 e p. 187; Amaro, 2020, pp. 4-11; Correia, 2020, pp. 130-131; informações prestadas pelo Dr.º António Capa Horta Correia.

14 A primeira fábrica de conservas de peixe fundada em V.R.S.A. foi a «Santa Maria», propriedade da firma societária «Parodi & Roldan», que, por sua vez, era propriedade do genovês Ângelo Parodi fu Bartolomeu e da firma associada M. G. Roldan, que começou oficialmente a laborar no dia 2 de Fevereiro de 1879. O genovês Parodi deu a técnica industrial, enquanto que a M. G. Roldan entrou com o capital inicial. A firma M. G. Roldan tinha sido fundada por Miguel Gomes Roldan, natural de Puebla de Guzmán (província de Huelva), que dista a apenas 15 kms de Villanueva de los Castillejos. Porém, como Miguel Gomes Roldan faleceu em 1865, em 1879, aquando da fundação da fábrica de conservas, a firma era detida pela sua viúva, Maria del Carmen Garcia-Pêgo, natural de Villanueva de los Castillejos, e pelo seu primo Alfonso Gomez Sanchez, natural de Puebla de Guzmán

Fábricas que irão precisar, cada vez mais, de mão-de-obra para alimentá-las. Originando, assim, o crescimento do operariado conserveiro a trabalhar na vila, que se processa de forma rápida: 242 operários e operárias em 1881, 388 em 1890, 818 em 1903 e 1.007 em 1907 (Rodrigues, 1999, p. 420). Chegam novos andaluzes, provenientes do Andévalo. E adquirem-se as primeiras máquinas a vapor (para a fábrica de conservas «Santa Maria», da firma «Parodi & Roldan», em 1879; e para a fábrica de conservas «São Sebastião», de Francisco Rodríguez Tenório, em 1884), que se destinavam a fazer funcionar as máquinas operadoras para o fabrico do vazio e/ou a impressão litográfica, assim como complementar as caldeiras de pressão que estas duas fábricas já possuíam (Custódio, 2009, pp. 117-118).

5. O PAPEL DOS INDUSTRIAIS ANDALUZES NA INDUSTRIALIZAÇÃO DO ALGARVE

Ao longo da segunda metade do século XIX o Algarve assistiu a uma processo de industrialização, em grande parte impulsionado por um conjunto de empresários estrangeiros, grande parte deles andaluzes naturais da província de Huelva, mas, também, de genoveses¹⁵.

Se na primeira metade do século, como bem notou José Carlos Vilhena Mesquita, a indústria algarvia poderia ser caracterizada como uma espécie de «proto-industrialização» (Mesquita, 2005, p. 25), aquilo que os historiadores designam por uma «produção industrial doméstica» (Beauchamp, 1998, p. 26), ao longo da segunda metade do século essa «proto-industrialização» foi evoluindo para uma industrialização. A partir das últimas duas décadas de *Oitocentos*, nomeadamente nas indústrias pesqueira, conserveira e corticeira, este processo de industrialização, foi, em grande parte, organizado, dirigido e impulsionado por empresários e industriais andaluzes naturais da província de Huelva, que, anos antes, se tinham iniciado no comércio e agora transitavam para a indústria. O processo manual passou a maquinal. As oficinas caseiras deram lugar às fábricas, alimentadas por uma mão-de-obra que, em grande parte, trocou o trabalho agrícola pelo industrial. As pessoas a trabalhar por conta de outra aumentaram. As quantidades produzidas de bens crescem, o que fez com que as mesmas pudessem começar a ser exportadas para mercados externos à região de produção, nomeadamente para mercados internacionais.

Este processo de industrialização foi iniciado pelas indústrias da tecelagem e das conservas, e teve como principais palcos os concelhos de Vila Real de Santo

15 O historiador José Carlos Vilhena Mesquita fornece alguns exemplos: os britânicos Barr Crispin, os franceses Barrot, os suíços Landerset, os dinamarqueses Weinholtz, os italianos Parodi, e os espanhóis Cúmano, Feu, Ramirez, Cumbreira, Roldan, Gomez, Centeno, Drago, Valverde, Ávila, entre outros, em Mesquita, 2005, p. 29.

António, a partir de 1879, e de Vila Nova de Portimão, a partir da última década do século XIX.

Em V.R.S.A., e só na indústria conserveira, os principais capitães dessa revolução foram três andaluzes: Sebastián Ramírez (El Almendro, 1828 – V.R.S.A., 1900), Juan Maestre Cumbreira (Villanueva de los Castillejos, 1840 – V.R.S.A., 1923) e Francisco Rodríguez Tenório (Villanueva de los Castillejos, 1843 – V.R.S.A., 1907), que dominaram, por largos anos, a indústria conserveira na vila. Com a curiosidade de, duas das empresas por eles fundadas há cerca de 140 anos, ainda continuarem a produção de conservas de peixe hoje em dia (a Ramirez e a Tenório). E na primeira década do século XX é também vê-los a monopolizar a representação da banca e dos seguros no concelho. Gente influente e com capital.

Em Vila Nova de Portimão, Mexilhoeira da Carregação e Olhão, e igualmente na indústria conserveira, destacaram-se dois irmãos ayamontinos: numa fase inicial António Feu Marchena (Ayamonte, 1880 – Lisboa, 1915), e, após o seu prematuro falecimento, o irmão Cayetano Feu Marchena (Ayamonte, 1882 – Lisboa, 1946). Cayetano que teve um papel primordial no concelho de Portimão: verticalizou as unidades fabris herdadas da família, mandou construir o primeiro bairro social para operários conserveiros a nível nacional (inaugurado em 1936) e foi um dos primeiros grandes dinamizadores da praia da Rocha como estância turística de referência, papel que desempenhou praticamente desde a sua mudança para Vila Nova de Portimão, em 1915.

Mas não foi só na indústria conserveira que a presença dos andaluzes se fez notar. Noutros sectores de actividade e indústrias outros andaluzes se destacaram a nível regional e até nacional, como, por exemplo:

- a) A família Roldán, natural de Puebla de Guzmán, mas estabelecida em V.R.S.A desde meados da década de 1830, que se dedicou aos negócios, à indústria conserveira e pesqueira, com a participação accionista em várias sociedades pesqueiras a operarem na costa algarvia;
- b) Alberto Rodríguez Centeno (Villanueva de los Castillejos, 1828 – Lisboa, 1904), num armazém de comércio por atacado em Lisboa;
- c) Alonso Gomes (Mértola, 1819 – Mértola, 1897), na exploração e na extração mineira, no distrito de Beja; assim como na navegação a vapor em todo o Sul do país, em geral, e no Baixo Guadiana, em particular;
- d) Modesto Gomes dos Reyes (Ayamonte, 1867), na indústria da tecelagem, nos concelhos de Vila Nova de Portimão e Faro;

- e) Os irmãos Domingos García Blanco e Sebastião Domingues García Blanco, naturais de El Almendro, os primeiros fabricantes e exportadores de rolhas de cortiça no concelho de Silves (c. 1838);
- f) Roque Féria (Villanueva de los Castillejos, 1856 – Tavira, 1889), na imprensa e nas artes tipográficas nos concelhos de Faro, Olhão e Tavira;
- g) Sebastián Rodríguez Centeno (Villanueva de los Castillejos, 1820 – V.R.S.A., 1876), no sector do comércio no concelho de V.R.S.A., entre tantos outros exemplos.

Além do comprovado empreendedorismo dos andaluzes, estes trouxeram consigo uma dinâmica industrial, empresarial e comercial, que contribuiu, em elevada escala, para o início do processo de industrialização do Algarve (Aleixo, 2022, pp. 401-461).

De referir, ainda, que alguns deles foram uns dos primeiros representantes de instituições bancárias nacionais e de seguradoras, nacionais e internacionais, em Loulé (desde 1895) e em V.R.S.A. (desde 1901), num sector financeiro que, por esses anos, evoluía a passos largos na região algarvia.

Todavia, tão ou mais importante do que o seu dinamismo, empreendedorismo, capacidade de trabalho e estruturas empresariais, o que estes espanhóis – catalães, valencianos e andaluzes – trouxeram para o Algarve, e souberam implementar na região, foi um conjunto de significativas e importantes inovações tecnológicas¹⁶. Implementadas, ao longo do século XIX, nas indústrias da pesca, das conservas e da cortiça, contribuindo, também assim, para a revolução industrial algarvia.

Na indústria pesqueira deve-se, no entanto, referir que as inovações tecnológicas foram trazidas, inicialmente, para a Baixa Andaluzia, por catalães e valencianos, numa primeira fase, e, mais tarde, por galegos, e, só depois, importadas e implementadas, por imitação ou por iniciativa de espanhóis, no Algarve, ao longo do último quartel do século XIX (Benito Arranz, 1966, p. 196; Cavaco, 1976, pp. 219-220, pp. 224-226 e p. 462; Ríos Jiménez, 2002, p. 47, pp. 49-51 e p. 55; Ríos Jiménez, 2005, p. 57 e p. 65; Feu Pérez, 2014, p. 47). Deste modo, deve-se aos espanhóis a introdução de inovações tecnológicas na indústria pesqueira algarvia, como, por exemplo, as seguintes:

¹⁶ Sobre a introdução de algumas inovações tecnológicas nas indústrias pesqueira e conserveira em Espanha, nomeadamente nas regiões da Galiza, Cantábria e Andaluzia Ocidental, entre meados do século XIX e o início da Primeira Grande Guerra Mundial (1914) vejam-se os seguintes estudos: Carmona Badía, 1994, pp. 138-144; Ríos Jiménez, 2002, pp. 47, pp. 49-51 e pp. 55-56; Ríos Jiménez, 2005, p. 57 e p. 65.

- a) As xávegas: conjunto de redes em forma de saco, que possibilitavam a captura de volumosos cardumes de sardinha, nomeadamente no extremo oriental do Sotavento (Silva 1966, p. 182; Cavaco, 1976, p. 221; Feu Pérez, 2014, p. 47);
- b) As «parellas de bous» ou, em português, «parelhas de bois» (artes de arrastar): estrutura de tracção animal que em terra ajudava a puxar as redes lançadas no mar. Embarcações com métodos de captura mais eficazes e, conseqüentemente, mais rentáveis (Feu Pérez, 2014, p. 47);
- c) As «armações à valenciana» ou, também denominadas, com o «copo à valenciana»: utilizadas para maximizar a captura do atum e da sardinha (Cavaco, 1976, pp. 219-220 e p. 224);
- d) Os galeões, numa primeira fase a remos, e, mais tarde, a vapor (artes de cerco) (Benito Arranz, 1966, p. 196; Cavaco, 1976, pp. 225-226 e p. 462);
- e) As traineiras (Cavaco, 1976, p. 462);
- f) E os arrastões para mariscos (Cavaco, 1976, p. 462).

Concluindo-se, assim, que a estrutura moderna das armações de atum foi definida na segunda metade do século XIX, período caracterizado no Algarve por um forte dinamismo, a nível tecnológico, empresarial e comercial, no sector pesqueiro.

Na indústria conserveira, foram eles que introduziram o «método catalão e valenciano» de preparação do peixe com vários molhos, assado ou frito em esca-beche (Lopes, 1841, pp. 97-98), assim como o método de filetagem das conservas de atum (Cavaco, 1976, p. 462). E na indústria corticeira, implementaram o «método catalão», também conhecido por «método de cutelo fixo», na fabricação industrial de rolhas de cortiça (Matos, 1991, pp. 571-572).

6. A ACTIVIDADE SOCIAL E POLÍTICA

No último quartel do século XIX a presença dos industriais nos escalões superiores da vida política não era uma prática muito comum. Se não muitos se candidatavam e chegavam ao Parlamento, ao invés, a nível local, a sua presença era mais notória. Eram eleitos presidentes de câmara, vereadores municipais e, outros ainda, transformavam-se em poderosos caciques locais, arregimentando e negociando votos junto dos seus operários em troca de favores. Situação não muito diferente à verificada para o caso britânico, em que existia, desde meados do século XIX, uma repartição tácita de funções e esferas políticas de actuação: a pequena burguesia concentrava-se na política local e municipal e a grande burguesia ocupava-se com a política estatal.

Tal facto também se verificou em alguns concelhos algarvios, nomeadamente nos municípios de Loulé e de V.R.S.A., com andaluzes de primeira, de segunda e de terceira geração que souberam alcançar um estatuto sócio-político de relevância a nível local, distrital e nacional. Em Loulé com sucessivos vereadores, eleitos ou nomeados, para oito gestões autárquicas (num total de doze mandatos), entre 1893 e 1917:

- a) António Martins Peres Gomes (filho de ambos os pais naturais de Villanueva de los Castillejos): vereador municipal nos mandatos de 1893-1894, 1900-1901 e 1901-1901;
- b) Francisco Barbosa Formosinho (filho de Pai natural de Villanueva de los Castillejos): vereador municipal nas gestões autárquicas de 1893-1894;
- c) José João Gomes Pablos (filho de Pai natural de El Almendro e de Mãe natural de Silves): vereador municipal nas gestões de 1896-1898 e 1908-1908 e 1909-1910;
- d) Sebastião Martins Peres Gomes (ambos os pais naturais de Villanueva de los Castillejos): vereador municipal na gestão de 1900-1900;
- e) Sebastião Corpas (filho de Pai natural de El Almendro e Mãe natural de Moguer): vereador municipal na gestão de 1900-1901;
- f) Francisco Formosinho Macías (filho de Pai natural de Villanueva de los Castillejos): vereador municipal na gestão de 1914-1917;
- g) Santiago Formosinho Romero (filho de Pai natural de Villanueva de los Castillejos e neto de avôs maternos também naturais de Villanueva de los Castillejos): vereador municipal na gestão de 1914-1917 (Aleixo, 2022, pp. 225-229).

Em V.R.S.A., todavia, o seu peso político fez-se sentir de uma forma mais significativa. Entre 1841 e 1914 houve quatro andaluzes de primeira, segunda e terceira geração que ocuparam o cargo de presidente da câmara municipal de V.R.S.A. por sete diferentes mandatos:

- a) Pedro Cabot (natural da Isla Cristina): presidente da câmara municipal nas gestões de 1841-1842, 1846, 1849-1851 e 1858-1859;
- b) Frederico Alexandrino Garcia Ramirez (ambos os pais naturais de El Almendro): presidente da câmara municipal na gestão de 1902-1904;

- c) Fernando Barbosa y Pêgo (avós maternos e paternos todos naturais de Villanueva de los Castillejos): presidente da câmara municipal na gestão de 1908;
- d) Manuel Cumbreira (ambos os pais naturais de Villanueva de los Castillejos): presidente da câmara municipal nas gestões de 1910-1913, 1921-1922 e 1926 (Aleixo, 2022, pp. 291-295).

Sendo que esse cargo continuou a ser ocupado, praticamente, por elementos dessa colónia andaluza até 1965¹⁷.

Gente influente e preocupada com os destinos locais. E de diversas tendências políticas, porque os havia regeneradores e progressistas, monárquicos e republicanos, democratas e salazaristas. E, em V.R.S.A., até maçons havia. Se Frederico Alexandrino Garcia Ramirez foi, durante muitos anos, o líder do partido Progressista no Algarve e deputado eleito por esse partido durante dezasseis anos (Aleixo, 2022, pp. 446-448); o seu filho Sebastião seria ministro de Salazar e deputado pela União Nacional durante trinta e cinco anos consecutivos (Aleixo, 2022, pp. 443-445). Ou, então, o caso de Cayetano Feu Marchena, em Portimão, um dos maiores entusiastas e implementadores da política social corporativa do Estado Novo (Duarte, 2003, pp. 51-54; Aleixo, 2022, pp. 433-439). Cargos só possíveis de alcançar em virtude dos seus talentos, conhecimentos a vários níveis e concordância política com os regimes de então.

Mas a influência local não se fazia sentir só a nível político e partidário. Estavam um pouco por todo o lado. E a sua influência, popularidade e êxito comercial levava a que fossem propostos ou eleitos para uma tão grande variedade de cargos directivos. Encontra-mo-los, sem dificuldade, em direcções de associações recreativas, clubes associativos e recreativos, sociedades filarmónicas, companhias

17 Entre 1841 e 1965 onze andaluzes de primeira, de segunda ou de terceira geração, presidiram, por vinte e duas ocasiões distintas, os destinos da autarquia. Caso único, provavelmente, a nível nacional. Deste modo, após 1914, limite cronológico do presente artigo, seriam presidentes da câmara municipal de V.R.S.A. os seguintes andaluzes de segunda e de terceira geração: Manuel Cumbreira (pais naturais de Villanueva de los Castillejos), nas gestões autárquicas de 1921-1922 e 1926; Matias Gomes Sanches (pai natural de Puebla de Guzmán), nas gestões autárquicas de 1929-1934, 1935-1936 e 1942-1945; José Rodrigues Marques (todos os avós naturais de Villanueva de los Castillejos), nas gestões autárquicas de 1934-1935, 1947 e 1949-1950; José Ortigão Gomez Sanchez (pai natural de Puebla de Guzmán), nas gestões autárquicas de 1942-1949 e 1951; Manuel Pereira Fernandes Vargas (avós paternos naturais de Jerez de la Frontera – Cádiz), na gestão autárquica de 1952-1954; Alonso Vasques (pais naturais de Villanueva de los Castillejos), nas gestões autárquicas de 1928 e de 1954-1956; Matias Barroso Gomes Sanches (avô paterno natural de Puebla de Guzmán), na gestão autárquica de 1957-1963; e, finalmente, João Barroso Gomes Sanches (avô paterno natural de Puebla de Guzmán), na gestão autárquica de 1963-1965 (Aleixo, 2022, pp. 291-295).

teatrais, comissões promotoras do Carnaval, comissões organizadoras de festividades religiosas, na Mesa da Santa Casa da Misericórdia, etc...

7. OS LAÇOS COM A ANDALUZIA OCCIDENTAL

As colónias de andaluzes radicadas em Loulé e em V.R.S.A. cultivavam as sociabilidades com a Andaluzia natal. O que fazia com que as mesmas se deslocassem, com frequência, até à Andaluzia. Para visitar familiares ou rever amigos. E, neste particular, privilegiavam-se as datas das festividades religiosas, celebrações fortemente identitárias e de socialização comunitária por excelência. Nomeadamente as celebradas em honra das padroeiras e protectoras locais: os naturais de Villanueva de los Castillejos e de El Almendro aproveitavam as festividades em honra de Nuestra Señora de las Piedras Albas, padroeira dos dois municípios¹⁸; enquanto que os naturais de Ayamonte privilegiavam as festividades em honra de Nuestra Señora de las Angustias, festa maior desse município¹⁹. Gesto que se repetia ano após ano. Nessas ocasiões aproveitava-se para rever familiares, recordar tempos de infância ou desfrutar do tradicionalismo andaluz (costumbrismo), nunca renegado nem esquecido.

Mas a ligação à Andaluzia também se verificava com a denominação de várias empresas existentes em V.R.S.A., na primeira década do século XX – a fábrica de louça de barro «La Sevilhana», a confeitaria «Hespanhola» ou a agência de seguros «El Fénix Español», tudo propriedade de andaluzes radicados na vila (Aleixo, 2022, pp. 299-300).

Uma ligação que se estendia até à gastronomia. Na casa dos Cumbreira, em V.R.S.A., era muito natural cozinhar-se «salmorejo» e outros pratos à base de caça, característicos da região do Andévalo; e em Loulé, por alturas da Páscoa, não faltava a tradicional «caldeireta»²⁰ à mesa das famílias andaluzas, tradição que, ainda hoje, alguns descendentes fazem questão de continuar.

18 As festas em honra da *Virgen de las Piedras Albas*, padroeira dos municípios de El Almendro e de Villanueva de los Castillejos, realizam-se, anualmente, entre o Domingo de Páscoa e a terça-feira seguinte, ocorrendo neste último dia a procissão. Esta festividade realiza-se num Prado, o chamado Prado de Osma, nas cercanias destes dois *pueblos*. Nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras décadas do século XX há inúmeros registos – cartas manuscritas e notícias de jornal – de andaluzes naturais e descendentes de naturais a residirem em Loulé e em V.R.S.A. (Aleixo, 2022, pp. 238-241 e pp. 297-298).

19 As festas em honra de *Nuestra Señora de las Angustias*, padroeira de Ayamonte, realizam-se, anualmente, nos dias 7 e 8 de Setembro. No final do século XIX e nas primeiras décadas de século XX eram estas festividades muito frequentadas por portugueses, que se deslocavam um pouco de todo o Algarve, assim como de Beja e de Lisboa. Foram vários os anos em que a sociedade filarmónica 1.º de Maio, de V.R.S.A., foi contratada para abrilhantar os festejos (Aleixo, 2022, pp. 238-239 e p. 298).

20 Prato refoçado à base de cabrito, que, posteriormente, é temperado com vinho da região de Huelva. Era tradicional comer este prato pela Páscoa (Aleixo, 2022, p. 318).

Por outro lado, era raro o ano em que uma das duas sociedades filarmónicas louletanas não era contratada para abrilhantar uma festa religiosa na Andaluzia. Foi assim durante muitos anos. Praticamente até à década de 1970. Os filarmónicos louletanos aproveitavam para observar e aprender novos modismos e tipismos locais, trazendo para Loulé novas pautas com marchas processionais e *pasodobles* espanhóis, num processo de intercâmbio musical muito apreciado pelos louletanos.

CONCLUSÃO

Com esta investigação pretendi contribuir para a História das migrações transfronteiriças entre a Andaluzia e o Algarve ao longo do século XIX. Nessa temática, investiguei as causas que estiveram na origem desses contínuos fluxos migratórios, identificando os municípios de origem (maioritariamente no Andévalo) e de fixação no Algarve (maioritariamente nos concelhos de Loulé e de Vila Real de Santo António).

Identifiquei a importância que essas colónias de andaluzes tiveram no processo de industrialização do Algarve, iniciado nas duas últimas décadas de *Oitocentos*, nomeadamente nas indústrias pesqueira e conserveira.

Demonstrei a importância que esses andaluzes tiveram – ao nível do capital humano, financeiro e tecnológico –, para o surgimento, desenvolvimento e crescimento de alguns setores industriais, assim como para a História Económica e Social do Algarve, em particular, e para a História Regional do Algarve, no geral. Acreditando na importância que as monografias e os estudos de carácter local e regional podem e devem contribuir para o conhecimento da História global de um país, porque sem o contributo da História Local e da História Regional ficará sempre mais difícil construir uma História Nacional. Porque, disso não tenhamos dúvidas, há toda uma bela história ainda por escrever...

REFERENCIAS

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Distrital de Faro

Fundo da Paróquia de São Clemente (Loulé), *Livros de registo de casamentos, 1852-1911*.

Fundo da Paróquia de São Sebastião (Loulé), *Livros de registo de casamentos, 1891-1910*.

Arquivo Histórico Municipal António Rosa Mendes (A.H.M.A.R.M.) (Vila Real de Santo António)

Fundo da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António.

Licenças de Comércio, para o concelho de V.R.S.A., entre 1850 e 1882.

Arquivo Histórico Nacional (A.H.N.) (Madrid)

Fondo del Ministerio de Exteriores – H, *Consulado de España en Villa Real de San Antonio, 1868*, cx. 2093, despacho n.º 8, de 4 de Junio de 1868.

Arquivo Municipal de Loulé Professor Joaquim Romero Magalhães (A.M.L.P.J.R.M.)

Fundo do Administrador do Concelho de Loulé, *Cadastró Geral de todos os Estrangeiros residentes no dito Concelho no anno de 1842.*

Fundo da Câmara Municipal de Loulé, *Livro do Registo dos Comerciantes*, 1867.

Arquivo Municipal de El Almendro

Libro de Actas Capitulares, 1810-1815, legajo 4, acta de 16 de Septiembre de 1814, s./f.; acta de 4 Junio de 1815, s./f.; acta de 6 de Junio de 1815, s./f.

Arquivo Municipal de Villanueva de los Castillejos (A.M.V.C.)

Libro de Actas Capitulares, 1809-1813, legajo 11, acta de 16 de Mayo de 1813, s./f.

ESTUDOS

AA. VV. (2009). *Rotas por Descobrir: Espanha*. Dorling Kindersley – Civilização, Editores.

Aleixo, João Romero Chargas (2021). A Migração de Andaluzes para Loulé, entre 1850 e 1914. *al-'ulyà, Revista do Arquivo Municipal de Loulé*, 23, 9-98.

— (2022). *A Migração de Andaluzes para o Algarve (1850-1914): os casos de Loulé e Vila Real de Santo António*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10362/143689>.

Amaro, Armando Filipe da Costa (2020). *A indústria conserveira na construção da malha urbana no Algarve: das estruturas produtivas à habitação operária (1900-1960)*. Tese de Mestrado, Escola de Artes da Universidade de Évora, 2020. <http://hdl.handle.net/10174/28687>.

Bendala Galan, Manuel (1992). *El Almendro*. Consejería de Cultura y Medio Ambiente, Delegación Provincial Junta da Andalucía.

Beauchamp, Chantal (1998). *Revolução Industrial e Crescimento Económico no século XIX*. Edições 70.

- Benito Arranz, Juan (1966). Isla Cristina (Huelva). Aportación al Estudio de la Pesca en España». In AA. VV., *Homenaje al Excmo. Sr. D. Amando Melón y Ruiz de Gordejuela* (pp. 191-202). Instituto de Estudios Pirenaicos.
- Bernal, Antonio Miguel (1988). La emigración de la Andalucía. In Nicolás Sánchez-Albornoz (comp.), *Espanoles hacia América. La emigración en masa, 1880-1930* (pp. 143-165). Alianza Editorial.
- Borges, Marcelo J. (2009). Padrões de migração transatlântica e escolhas de destino no Sul de Portugal. *Ler História*, 56, 83-104.
- (2018). *Correntes de Ouro. Emigração Portuguesa para a Argentina em Perspectiva Regional e Transatlântica*. I.C.S. Imprensa de Ciências Sociais.
- Butrón Prida, Gonzalo, y Saldaña Fernández, José (2008). Las fracturas del patriotismo: apuntes sobre las respuestas a la guerra en el Andalucía napoleónica. *Trocadero: Revista de Historia Moderna y Contemporánea*, 20, 21-32.
- Cáceres Feria, Rafael (2011). El Andévalo: Una Mirada Desde La Antropología. In AA. VV., *El Andévalo: território, história y identidade (actas de las I Jornadas del Patrimonio de El Andévalo, Alosno, Huelva, 19 y 20 Noviembre 2010)* (pp. 39-55). Disputación de Huelva.
- Carmona Badía, Xoán (1994). Recursos, organización y tecnología en el crecimiento de la industria española de conservas de pescado, 1900-1936. In Jordi Nadal Oller (ed.) e Jordi Catalán Vidal (coord.): *La cara oculta de la industrialización española. La modernización de los sectores no líderes (siglos XIX y XX)*. Alianza Universidad, 1994, pp. 127-162.
- Cavavo, Carminda (1976). *O Algarve Oriental. As Vilas, o Campo e o Mar*, vol. II. Gabinete de Planeamento da Região do Algarve.
- Contreras Pérez, Francisco (2000). *Tierra de ausencias: la moderna configuración migratoria de Andalucía (1880-1930)*. Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Sevilla.
- Correia, António Horta (2008). *Sebastian Ramírez (1828-1900). Subsídio documental para uma biografia*. Câmara Municipal de Vila Real de Santo António.
- (2019). *Memórias & Documentos, vol. II, Vila Real de Santo António (1863-1909)*. Notas de António dos Santos Machado. Arandis Editora.
- (2020). *Memórias & Documentos, vol. III – Francisco Rodríguez Tenório, Juan Maestre Cumbreira, Sebastián Ramírez*. Arandis Editora.
- Custódio, Jorge (2009). A indústria conserveira vila-realense. Um caso peculiar de urbanização industrial e de património. *Monumentos*, 30, 106-121.
- Direcção Geral de Estatística (1911). *Censo da População de Portugal no 1.º de Dezembro de 1911*, parte I. Imprensa Nacional, 1913.

- Direcção da Estatística Geral e Commercio (1896). *Censo da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1890*, vol. I. Imprensa Nacional.
- Direcção Geral da Estatística e dos Propios Nacionais (1905). *Censo da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1900*, vol. I. Imprensa Nacional.
- (1868). *Estatística de Portugal, Censo no 1.º de Janeiro de 1864*, vol. I. Imprensa Nacional.
- (1881). *Estatística de Portugal, Censo no 1.º de Janeiro de 1878*, vol. I. Imprensa Nacional.
- Duarte, Maria João Raminhos (2003). *Portimão: Industriais Conserveiros na Primeira Metade do Século XX*. Edições Colibri.
- Fáisca, Carlos Manuel dos Santos Alves Ferreira (2019). *El negocio corchero en Alentejo: explotación forestal, industria y política económica, 1848-1914*. Tese de Doutoramento em Economia e Empresas, Universidad de Extremadura. http://dehesa.unex.es/bitstream/10662/10257/1/TDUEX_2019_Faisca_CM.pdf.
- Feu, Antonio (1999). A família Feu e a indústria conserveira. In Maria da Graça Marques (coord.), *O Algarve da Antiguidade aos Nossos Dias (elementos para a sua história)* (pp. 412-416). Edições Colibri e Fernando Mão de Ferro.
- Feu Pérez, Asuncion (2014). *A Família Feu. Uma Viagem no Tempo*. Arandis Editora.
- Garcia, João Carlos (1996). *A Navegação no Baixo Guadiana durante o Ciclo do Minério (1857-1917)*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. <https://hdl.handle.net/10216/10849>.
- García García, Cristóbal, e Butrón Prida, Gonzalo (1998). La realidad social andaluza en el siglo XIX. In Leandro Álvarez Rey e Encarnación Lemus López (ed.), *Historia de Andalucía Contemporánea*. Servicio de Publicaciones de la Universidad de Huelva.
- Grilo, Márcia Luísa (2010). A moderna indústria conserveira em Vila Real de Santo António: aspectos socioeconómicos. In António Rosa Mendes (coord.), *Vila Real de Santo António e o Urbanismo Iluminista* (pp. 158-169). Câmara Municipal de Vila Real de Santo António.
- Lopes, João Baptista da Silva (1841). *Corografia ou Memória Económica, Estatística e Topográfica do Reino do Algarve*. Typographia da Academia das Sciencias de Lisboa.
- Madoz, Pascual (1845-1850). *Diccionario geografico-estadístico-Histórico de España y sus posesiones de ultramar*. S.l.e.
- Márquez Domínguez, Juan A. (2011). El patrimonio natural de El Andévalo. Territorio y paisaje en un desarrollo difícil. In AA. VV., *El Andévalo: territorio-*

- rio, história y identidad (actas de las I Jornadas del Patrimonio de El Andévalo, Alosno, Huelva, 19 y 20 Noviembre 2010)* (pp. 19-38). Diputación de Huelva.
- Matos, Ana Cardoso de (1991). A indústria no distrito de Évora, 1836-1890. *Análise Social*, XXVI(112-113), 561-581. <https://core.ac.uk/download/pdf/62443891.pdf>.
- Mesquita, José Carlos Vilenha (2005). Economias dominantes e relações periféricas. A proto-industrialização do Algarve (1810-1852) – ideias síntese. In AA. VV., *Estudos II* (pp. 25-56), Faculdade de Economia da Universidade do Algarve. <http://hdl.handle.net/10400.1/4783>.
- Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (1881). *Inquérito Industrial de 1881*. Inquérito directo. Segunda Parte. Visita às Fábricas. Livro Terceiro, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881, pp. 18-23.
- Mira Toscano, Antonio, Villegas Martín, Juan, y Suardiáz Figuerero, Antonio (2010). *La batalla de Castillejos y la Guerra de la Independencia en el Andévalo Occidental*. Diputación Provincial de Huelva.
- Núñez Márquez, Juan Manuel (1995). El Almendro. In Juan Antonio Márquez Domínguez e José Jurado Almonte, *Los pueblos de Huelva* (tomo I, pp. 49-64). Editora Mediterráneo.
- (1997). Villanueva de los Castillejos. In Juan Antonio Márquez Domínguez e José Jurado Almonte, *Los pueblos de Huelva* (tomo IV, pp. 1261-1276). Editora Mediterráneo.
- Oliveira, Ataíde (1999 [1906]) *Monografia do Concelho de Olhão*. Algarve em Foco editora, 3.^a edição.
- Rebelo, Maria José Fortes (2010). *As Indústrias da Pesca e Conservas de Atum no Algarve do Século XX*. Dissertação de Mestrado em Culturas Árabe e Islâmica e o Mediterrâneo, 2 volumes. Universidade do Algarve. <http://hdl.handle.net/10400.1/679>.
- Riera y Sans, Pablo (1881-1887). *Diccionario geográfico, estadístico, histórico, biográfico, postal, municipal, marítimo y eclesiástico de España y sus Posesiones de Ultramar* (tomo IV), 12 volumes. Imprenta y Librería Religiosa y Científica del Herdeiro de D. Pablo de Riera.
- Ríos Jiménez, Segundo (2002). La industrialización de la pesca en la provincia de Huelva (1800-1930). *Historia Agraria*, 28, 45-67. https://www.historiaagraria.com/FILE/articulos/HA28_rios.pdf.
- (2005). Origen y desarrollo de la industria de conservas de pescado en Andalucía (1879-1936). *Revista de Historia Industrial*, 29(3), 55-84. <https://raco.cat/index.php/HistoriaIndustrial/article/view/63608>.

- Robledo Hernández, Ricardo (1988). La crisis agraria y éxodo rural: emigración española a Ultramar (1880-1920). In Ramon Garrabou (ed.), *La crisis agraria del finís del siglo XIX* (pp. 212-244). Editorial Critica.
- Rodrigues, Joaquim Manuel Vieiras (1997). *A Indústria de Conservas de Peixe no Algarve (1865-1945)*. Dissertação de Mestrado em História do Século XX, Universidade Nova de Lisboa, 2 volumes.
- (1999). Vila Real de Santo António, centro piscatório e conserveiro. In Maria da Graça Marques (coord.), *O Algarve da Antiguidade aos Nossos Dias (elementos para a sua história)* (pp. 416-423). Edições Colibri e Fernando Mão de Ferro.
- Rodríguez, Padre Emiliano (1904). *Monografía de El Almendro*. El Almendro.
- Saldaña Fernández, José (2012). La Guerra de la Independencia en la Frontera Sur Hispano-Portuguesa: Un Espacio Para La Reflexión. In Juan Luis Carriazo Rubio (coord.), *Fortificaciones, Guerra y Frontera en el Marquesado de Gibraltor* (pp. 265-295). Diputación Provincial de Huelva, Servicio de Publicaciones.
- (2014). *Pueblo, nación y ciudadanía durante la Guerra de la Independencia: la frontera sur hispano-portuguesa en los orígenes de la contemporaneidad (1808-1814)*. Tese de Doutoramento, Departamento de Historia II y Geografía, Universidad de Huelva. https://rabida.uhu.es/dspace/bitstream/handle/10272/8088/Pueblo_nacion_ciudadania.pdf?sequence=2
- (2021). «Comunidad rural, poder local, politización y ciudadanía: Prácticas y aprendizajes políticos en el suroeste peninsular a principios de la contemporaneidad (1808-1823)». *Historia Agraria*, 85, 129-156. <https://www.historiaagraria.com/FILE/articulos/RHA85-saldana.pdf>
- Sánchez Alonso, Blanca (1995). *Las causas de la emigración española, 1880- 1930*. Alianza Editorial.
- (2000). Those Who Left and Those Who Stayed Behind: Explaining Emigration from the Regions of Spain, 1880-1914. *The Journal of Economic History*, 60(3), 730-755.
- Silva, Joaquim Lino da (1966). *Armações de Pesca*, vol. I. Tese de Licenciatura em Geografia. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.